

**ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA
DOS PROGRAMAS DO GOVERNO DE INCENTIVO À LEITURA**

Camille Auatt da Silva (UENF)

camilleauatt@yahoo.com.br

Bianka Pires André (UENF)

biankapires@gmail.com

RESUMO

No auge da segunda década do século XXI nos deparamos com uma sociedade aonde a cultura letrada vem perdendo espaço para a cultura da imagem e essa preferência imagética tem feito com que o Brasil apareça em colocações nada animadoras nos rankings sobre leitura. Visto que o hábito de ler é um meio de inclusão social, sendo necessária para a formação crítica e ética dos cidadãos, a falta desta, principalmente entre os jovens, é preocupante. Entretanto, para que a leitura faça parte da rotina, é preciso que exista incentivo e principalmente acesso. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo discutir de que forma o governo tem proporcionado aos alunos e alunas da rede pública de ensino o acesso aos livros e para tanto, alguns programas e ações do governo que já existiram ou ainda existem com a finalidade de fomentar a leitura entre os jovens serão discutidos.

Palavras-chave: Leitura. PNLD. Governo. Política linguística. Política educacional.

Nos últimos anos, pesquisas realizadas a fim de identificar a leitura no Brasil apontaram que o país ainda está muito defasado nessa habilidade. Em rankings mundiais o país se encontra muito atrás das grandes potências, o que é um dado preocupante, pois uma sociedade que não lê consequentemente é uma sociedade composta por indivíduos que não têm destreza para atuar como cidadãos. Visto que a leitura e a escrita são libertadoras, capazes de apresentar o mundo a quem a pratica, pode-se dizer que temos uma parcela da população presa a ideias de terceiros, incapazes de produzir o seu próprio conhecimento e opinião.

Perante essa realidade, surge o questionamento: “O que o governo, através das políticas públicas, tem feito para mudar essa realidade?” A princípio, é preciso compreender o conceito de políticas públicas. De acordo com Souza (2006) “não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública” (SOUZA, 2006, p. 40), porém Saraiva (2000) expõe que

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que

elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAIVA, 2000, p. 29)

Sendo assim, as políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de ideias e ações que tem por objetivo atuar sob uma realidade, promovendo a alteração da mesma.

O governo brasileiro iniciou, por volta de 1937, a elaborar programas cujo objetivo era incentivar a leitura entre a população. Esse início pode ser considerado tardio, pois antes disso, a televisão e o rádio já tinham propagado pela sociedade como meio de obter informação, superando a cultura letrada.

Foram alguns programas e projetos criados ao longo desses anos, sendo que alguns já não existem mais e outros acontecem até hoje. Dentre os que já acabaram, temos o Instituto Nacional do Livro (1937 a 1990), o Serviço Nacional de Bibliotecas (1961 a 1969), Fundação Pró-Leitura (1988 a 1990) e o Projeto Uma Biblioteca em cada Município (1995 a 2002). Entre os que acontecem até o momento, estão a Fundação da Biblioteca Nacional (desde 1990), Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER (desde 1992), Programa Nacional Biblioteca na Escola –PNBE (desde 1997), Programa Arca das Letras (desde 2003) e o Plano Nacional do Livro e Leitura –PNLL (desde 2006).



Fonte: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>

A criação do Instituto Nacional do Livro (INL) foi um importante passo para o início do incentivo da leitura no país. Por cerca de 50 anos ele foi a principal instituição pública responsável pelo desenvolvimento do livro e da leitura no Brasil. Antes da implementação do mesmo, as bibliotecas existentes eram particulares e somente uma pequena parcela da população tinha acesso. Segundo Oliveira (1994)

Até os anos 30, as bibliotecas públicas tiveram como objetivo o apoio às atividades catequéticas e de ensino, a guarda e disseminação da cultura europeia, trazida para cá pelos colonizadores e servir como objeto de distinção intelectual para indivíduos ou grupos. Quaisquer que tenham sido estes objetivos, as bibliotecas públicas brasileiras constituíam um universo fragmentado e sem coordenação, atendendo a uma parcela reduzida da população e prestando um serviço de informação de limitada utilidade para uma sociedade em processo de mudança. (OLIVEIRA, 1994, p. 26)

Com o objetivo de editar, publicar e distribuir livros, implantar bibliotecas, formar recursos humanos qualificados para atuar nas bibliotecas e coordenar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, nasce o INL. No momento de sua fundação, havia uma motivação de controlar os tipos de livros produzidos para que fossem “adequados” ao pensamento nacionalista. Era o Estado quem selecionava as obras que os cidadãos de bem deveriam ler (OLIVEIRA, 1994). O Instituto Nacional do Livro representa um divisor de águas em relação à edição e publicação dos livros, além de ter um papel bastante ativo na criação das bibliotecas públicas. Zita Oliveira (1994) destaca que “com a estratégia da distribuição de livros, o Instituto procurava institucionalizar a biblioteca pública, como disseminadora da cultura na sociedade brasileira” (OLIVEIRA, 1994, p. 65). Entretanto, a autora também aponta que uma das falhas do Instituto foi de não se dedicar “à formação e desenvolvimento do hábito da leitura, que deveriam ser ativados nas comunidades, concentrando sua ação na mera distribuição de obras” (OLIVEIRA, 1994, p. 71). Problema que pode ser observado até os dias atuais.

Com o objetivo de promover essa formação leitora, foi criado em 1992 o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER e o mesmo encontra-se em funcionamento até hoje, além de alfabetizar e comprar livros, o Estado passou a ter a função de formar leitores. Sendo assim,

o PROLER foi instituído com o compromisso de promover ações de valorização social da leitura. Esse propósito envolve políticas de difusão de livros e bens de leitura destinadas a torná-los disponíveis ao maior número possível de pessoas, mas exige, principalmente, a constituição de uma política voltada à formação de leitores e de agentes de leitura. (PROLER, 2009, p. 11)

Com o objetivo de agir de forma descentralizada, o Programa conseguiu levar, pela primeira vez, políticas de incentivo à leitura a todas as regiões do país e não apenas às capitais através de parcerias realizadas com estados e municípios. (PROLER, 2009)

Após a mudança da coordenação do projeto e as crises financeiras vivenciadas pelo Programa, o foco de ação mudou. Antes baseado na ideia de Foucambert (1994) sobre a importância da “desescolarização” da leitura, o Programa atuava na formação de agentes da leitura para a promoção do hábito de ler em novos espaços públicos e privados, como hospitais, meios de transporte, praças, parques, fábricas, entre outros. Atualmente, as principais ações desenvolvidas pelo programa são: formação de uma rede nacional de incentivo à leitura; cursos de formação de promotores de leitura; assessoria para implementação de projetos de promoção da leitura; implementação da política de incentivo à leitura na Casa da Leitura, com cursos, palestras e outras atividades; criação da rede de referência e documentação em leitura; assessoria para a implantação de bibliotecas para crianças, jovens e adultos; e sistema de acompanhamento e avaliação. (PROLER, 2009)

Tendo a comunidade escolar como público alvo, sua atuação iniciou em 200 municípios e, de acordo com o relatório divulgado pelo programa referente ao ano de 2010, hoje são 70 comitês que abrangem aproximadamente 440 municípios. As ações no referido ano aconteceram em 22 estados de todas as regiões do Brasil, além do Distrito Federal. (PROLER, 2010)

Segundo o relatório, o PROLER apresentou o Plano de Ação 2011-2014 tomando por base os objetivos e resultados atingidos em 2010. Entretanto, para a implementação do referido Plano se faz necessário a ampliação do quadro profissional do PROLER e os investimentos na área tecnológica e financeira. (PROLER, 2010)

Visto que o Brasil é composto por 26 estados, pode-se dizer que o Programa atua em quase todo o país. Porém, apesar do relatório apontar algumas ações realizadas, o mesmo não aborda sobre os resultados qualitativos dessas ações. Dessa forma, se confrontarmos os resultados já apresentados anteriormente neste trabalho em relação a leitura em nosso país com os objetivos do Programa, pode-se dizer que, infelizmente, as ações estão sendo poucas ainda perante a necessidade do Brasil nessa área.

Outro programa do governo que apresenta resultados apenas

quantitativos através de valores que foram ou serão gastos é o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL. Oficialmente lançado no ano de 2006 como uma iniciativa em parceria dos Ministérios da Cultura e da Educação. Segundo o MinC, a intenção com a elaboração do PNLL era gerar um planejamento de médio e longo prazo, que pudesse se tornar uma política de Estado, não se limitando à atuação no governo vigente:

Pretende-se conferir a este Plano a dimensão de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa nortear e garantir alguma organicidade a políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios – em particular o da Cultura e o da Educação –, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e de voluntários em geral, buscando evitar o caráter por demais assistemático, fragmentário e pulverizado com que se têm implementado essas iniciativas em nosso país, desde, pelo menos, o início do século XIX. (BRASIL, 2006, p. 12)

O PNLL foi lançado a fim de articular os diversos projetos e programas que são ligados ao livro, à leitura e a formação dos leitores, como por exemplo, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), bem como o PROLER, que anteriormente na década de 90, era o principal programa de leitura do Governo Federal. Sendo assim, o Plano Nacional do Livro e Leitura tem os mesmos três eixos norteadores dos outros projetos, como (1) a formação de leitores, (2) a democratização do acesso aos livros, (3) o fomento à leitura e um quarto eixo que foi acrescentado de (4) apoio à criação de livros e à cadeia produtiva do livro. Assim como o PROLER, o PNLL também visa à formação de mediadores de leitura.

Em relação aos valores despendidos para a realização deste projeto, podem-se destacar os que estão expostos em um folder que se encontra no *site* da Biblioteca Nacional³⁰, onde há a informação que para atingir os quatro eixos, o Ministério da Cultura investiu, no ano de 2012, R\$ 333,7 milhões nos projetos e programas que integram o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). De acordo com o folder, o primeiro eixo – Democratização do Acesso – é o que mais recebeu investimento, sendo um total de R\$ 214,6 milhões.

Confrontando os dados divulgados pelo Censo Escolar 2011 onde foi apurado que na rede pública, apenas 27,5% das escolas possuem uma biblioteca sendo necessário, então, a construção de 130 mil bibliotecas até 2020 para que a Lei nº 12.244/10 seja cumprida, com a informação

³⁰ Confira em <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/folder_pnll_final.pdf>

dada pelo folder cuja a pretensão do governo, no ano de 2012, era construir 81 novas bibliotecas municipais pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas é possível concluir que, nesse ritmo, a lei não será cumprida. Serão necessários muitos mais esforços por parte do governo para oferecer, ao menos, o espaço onde a leitura pode ser incentivada.

Embora todos os programas, projetos e campanhas tenham objetivos bem definidos na sua implementação, não foi possível encontrar algum relatório com dados concretos onde fosse possível observar o que, das metas propostas, foi realizado. Entretanto, infelizmente, os noticiários, o contato com a sociedade no dia-a-dia e a realidade exposta através de números a partir de pesquisas diversas feitas em nosso país evidencia que muito dinheiro é gasto, porém pouco dinheiro é investido. Dessa forma, de fato, não há como obter um resultado significativo quando se analisa o impacto qualitativo das ações, apenas quantitativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. *Diário Oficial* [da República Federativa do Brasil], Poder Executivo, Brasília, 25 de maio 2010. Seção 1, 2010.

_____. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional. Programa Nacional de incentivo à leitura (PROLER). *PROLER: concepções e diretrizes*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.bn.br/proler/imagens/PDF/cursos3.pdf> Acesso em: 20-08-2014.

_____. Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional. Programa Nacional de incentivo à leitura (PROLER). *Relatório 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://proler.bn.br/Relat%C3%B3rio%20Final%202010.pdf> Acesso em: 21-08-2014.

_____. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. *Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: 20-08-2014.

FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artmed,

1994.

OLIVEIRA, Z. C. P. *A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de biblioteca pública no Brasil, 1937-1989*. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elizabeth. *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006, 2 vol.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.